



MINISTÉRIO PÚBLICO

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE CORBÉLIA
do Estado do Paraná

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Aos 19 de novembro de 2013, por volta das 9h, no auditório da Câmara Municipal de Vereadores, situada na rua Arthur Pereira, nº 1988, centro, em Braganey, teve início a Audiência Pública sob a presidência do Promotor Substituto da Comarca de Corbélia, Doutor Roberto Galvão Faleiros Junior, com a participação das pessoas indicadas na lista de presença em anexo. A mesa foi composta pelo presidente e pelas Assessoras de Promotor Suzel Fernanda Leghi Solera Beal e Camila Ramos Schafer. A Audiência Pública teve início, o Promotor Substituto deu início aos trabalhos, cumprimentando as autoridades e os munícipes presentes. Fazendo o uso da palavra, o Procurador da Casa Legislativa, Dr. Pedro Jacob Ianesko, também cumprimentou e agradeceu a presença daqueles munícipes, destacando a importância do evento e da iniciativa do Ministério Público. Após, o agente ministerial esclareceu que a Audiência Pública refere-se ao planejamento estratégico de atuação do Ministério Público em 2014, bem como ressaltou a importância de se elencar as prioridades de ação para o citado ano. Inicialmente, o Promotor Substituto fez uma sucinta explanação acerca das atribuições do Ministério Público como órgão autônomo e, a sua função, dentre outras, de defesa da sociedade, dos direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, bem como do escopo de uma Audiência Pública e, após, dividiu o tempo nos seguintes grupos temáticos: i) saúde pública; ii) meio ambiente; iii) educação/infância e juventude; v) ação social/idoso; vi) segurança; e, vii) probidade administrativa. Foi estipulada forma de fazer o uso da palavra e, em seguida, foram concedidos cinco minutos para a discussão do tema do grupo e das ações a ser desenvolvidas. Vejamos:

A) Saúde Pública

O Dr. Roberto Galvão Faleiros Junior, Promotor Substituto na Promotoria de Justiça da Comarca de Corbélia, pede aos presentes que, informe, sugira, reclame e elenque as dificuldades e necessidades da população de Braganey no que concerne ao tema de saúde pública. O Sr. Odilon Bonfim, munícipe de Braganey, fez o uso da palavra, dizendo sobre a dificuldade de obtenção vacina para sua esposa junto ao Posto de Saúde. Também neste sentido, o vereador, Sr. Antônio, destacou que o município vem enfrentando sérios problemas na saúde, tais como a falta de Secretário de Saúde, déficit de medicamentos junto à farmácia básica e, limitação de horário de atendimento na Unidade Básica de Saúde de Braganey (até às 14h). O Sr. Mauro, funcionário público e integrante do Conselho Municipal de Saúde do Distrito de Longuinópolis, pede informações de como obter liberação de pagamento do pedágio para os veículos de saúde do município. Com o uso da palavra, o Promotor Substituto, Dr. Roberto Galvão Faleiros Junior, fala sobre o poder discricionário da Administração pública



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

em realizar o sistema de agendamento de consultas, porém, em caso de urgência deverá haver o sistema de plantão para atendimento ou no posto ou em hospital conveniado ao SUS e, prestador de serviço à municipalidade. Também destacou quanto ao pedido de isenção de pedágio, cabe à Administração, via Secretaria de Saúde, pleitear junto à concessionária responsável. Prosseguindo, foi pedido aos participantes da Audiência Pública que falassem acerca das especialidades e dificuldades encontradas. Na sequência, o Sr. Mauro, informou que o hospital em Nova Aurora está atendendo parte da demanda de Braganey e, o que não é absorvido por ele, é enviado para Cascavel, inclusive já faz alguns meses que as gestantes já são atendidas lá. Nesta temática, o Sr. Airton, chefe de gabinete, se posicionou dizendo que os Autos de Internação Hospitalar (AIH) do município, eles estão tentando transferir para Cascavel e, descredenciar do Hospital Santa Simone. No que concerne aos AIHs, explicou Airton, que são vinte e seis, sendo distribuídos da seguinte forma, oito em Corbélia (Hospital Santa Simone), oito em Nova Aurora, um em Guaraniáçu, um em Jandaia e o restante em Cascavel. Ressaltou também, que em meados deste ano, ocorreu um episódio envolvendo o Hospital Santa Simone, no qual o paciente de Braganey, fraturado e com trauma de acidente, foi levado até o nosocômio e, por falta de atendimento, foi levado a outro hospital e, na transferência para Cascavel, por se tratar de emergência, morreu no trajeto. Disse também, que o problema maior hoje é o Dr. Acácio que, apesar de conveniado ao SUS e receber por AIHs, se nega a atender os pacientes, ficando todos a mercê da sorte. O enfermeiro do município, Sr. Sebastião, destacou de igual forma, o problema no atendimento do Hospital Santa Simone, a omissão dos médicos, bem como o descaso com a população e a Secretaria de Saúde, o impasse maior, é que a referida casa hospitalar era o hospital de referência de Braganey e, obrigatoriamente o paciente de urgência/emergência teria que passar por ali para entrar na Central de Leitos, para obtenção de vaga na especialidade necessitada. Outra questão é a dificuldade na psiquiatria, em especial, encaminhamento de enfermos (drogadição e/ou alcoolismo), na Central de Regulação de Leitos, há a falta de vagas e, por muito tempo, fica o paciente esperando uma vaga em hospital especializado. Mauro destacou, na qualidade de morador do Longuinópolis, que tanto na sua localidade quanto na Samália, não há médico na unidade básica de saúde e o atendimento é prestado por técnica e por uma enfermeira. Airton pediu a palavra, informando que esta situação vai ser regularizada.

B) Meio Ambiente

Dr. Roberto Galvão Faleiros Junior, Promotor Substituto, dando continuidade aos trabalhos, dialoga com os presentes, pedindo qual a situação ambiental do município, problemas com Dengue (surto ou não), se o esgoto está instalado, se há loteamentos irregulares, qual o atual estado do aterro sanitário e se, como nas outras cidades, há notícias de excesso de cachorros transitando pela cidade. Se posicionando sobre o tema, o Sr. Valdecir, vereador do município, diz que já há no município Plano Municipal de Resíduos Sólidos e de Saneamento Básico em



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

encaminhamento, porém, o problema está na instalação e criação de uma associação de catadores, já que a população não se interessa. Disse também, que na Bragançana há uma unidade de reciclável.

Quanto ao aterro sanitário, há dificuldade na regularização. Na sequência, o **Presidente** fez a sugestão da Secretaria de Assistência Social prestar auxílio neste caso, convidando as famílias do Cadastro Único, conversar e estimular para estas participarem do projeto, oferecendo apoio para a criação da associação, abrindo espaço para novas manifestações a respeito do assunto. Posteriormente, o Sr. **Valdecir** também ressaltou ainda um problema sério com relação ao veneno 24D utilizado nas lavouras de soja, que acabam prejudicando outras culturas como laranja, feijão, algodão, vinhedos, hortas e outros, isto faz com que as pessoas pequenos agricultores saiam do campo e venham para a cidade. O **Presidente** ressaltou que o CAOP, encaminhou informações relacionadas à questão do agrotóxico à Promotoria, informando que quase 70% dos alimentos estão contaminados; requereu ao Vereador ou mesmo a Câmara, que encaminhe ao Ministério Público um levantamento destas informações, famílias afetadas para que o Ministério Público possa atuar nesta questão, bem como orientou ao vereador, a informar as pessoas afetadas que podem fazer registro de ocorrência. O Sr. **Valdecir** informou que foi comunicado a SEAB sobre o fato, o que inibiu a aplicação aérea de agrotóxicos. Acerca da Dengue, Dr. **Roberto** requereu em vinte dias, o encaminhamento das informações com nome, local e prejuízo, bem como ressaltou que em reunião realizada em Foz do Iguaçu, foi destacado que a região de Corbélia não há nível de infestação considerável, porém, o trabalho de prevenção ter continuidade. Em seguida foi dada a palavra ao Sr. **Valdecir**, vereador, que expôs a necessidade de realização de uma legislação para reprimir aqueles que não fazem a limpeza correta de seus imóveis, pedindo informações se a Câmara pode fazer esta lei. O **Presidente** ressaltou que o Ministério Público não pode fazer assessoria, mas que existem leis em outros municípios, com escalonamento das multas, que Cascavel a possui e que a assessoria jurídica pode auxiliar neste caso. A seguir o Sr. **Ambrosio**, vereador, expôs que "é o melhor catador de lata de Braganey", e que sai catando o lixo dos outros e guardando em local correto, também destacando o número elevado de cachorros nas ruas em Braganey. Dr. **Roberto** ressaltou que em relação à Dengue, tem de ser feitas campanhas, quanto aos cachorros devem ser realizadas denúncias a VISA e a Prefeitura para adoção das medidas cabíveis. O Sr. **Matheus**, vereador (presidente) solicitou o uso da palavra, esclarecendo que a legislação está pronta, mas não foi sancionada, e no que concerne aplicabilidade/sanções nela contidas aqueles que não realizam a limpeza de seus lotes, será deficitária ante a ausência de funcionários para fiscalização. O **Presidente** informou que tem que conversar com Executivo, podem ser designados funcionários para atuação e ser feita campanha com a população. A assessora Suzel ressaltou que foi expedida Recomendação Administrativa das medidas a ser adotadas nos casos de Dengue, entretanto, nunca houve o encaminhamento de qualquer ato de infração à Promotoria de Justiça. O **Presidente** ressaltou que o número de agentes de endemias, dentro daquele estipulado pelo Ministério da Saúde, está correto, mas

Handwritten signature



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

deve haver atuação. O Sr. Matheus destacou que as agentes trabalham, mas o problema é a existência de lotes abandonados. A Assessora ressaltou que a partir do momento que houve comunicação das infrações e, as pessoas ser responsabilizadas, haverá preocupação para cumprimento da lei. O Sr. Airton, chefe de gabinete, pediu para fazer uso da palavra, momento em que esclareceu que são realizadas na cidade campanhas relacionadas à Dengue, bem como que está em andamento concurso para contratação de servidores para o trabalho. Na sequência o Sr. Mauro, destacou que Braganey não tem esgoto. O Presidente explicou que o esgoto deve ser instalado no Município, e o Ministério Público dentro de suas atribuições atuará na fiscalização do cumprimento da lei.

C) Educação

O Dr. Roberto Galvão Faleiros Junior, Promotor Substituto na Promotória de Justiça da Comarca de Corbélia, pede aos presentes que, informe, sugira, reclame e elenque as dificuldades e necessidades da população de Braganey no que concerne ao tema de educação. O Sr. Odilon Bonfim, munícipe de Braganey, fez o uso da palavra, dizendo sobre a dificuldade de conseguir creche em Braganey e, em decorrência disso, sua filha tem que estudar no município vizinho Iguatu; reclamou também da estrada em seu imóvel rural, o que dificulta o transporte da filha até o colégio, pediu ao final uma solução. O Presidente ressaltou que vai requerer informações ao município. O vereador, Sr. Antonio, fez uso da palavra para ressaltar que esta estrada não é o único local que necessita de melhorias. O Presidente falou a respeito de educação, vaga em creches, atendimentos psicológicos para as crianças, apresentando dados dos índices de planejamento do Ministério Público, não havendo manifestação de educação ressaltando que será realizada atuação nesta área.

D) Infância e Juventude, Idoso e Ação Social

Abrindo as discussões acerca de infância e juventude, idoso, assistência social, questão dos atos infracionais e polícia militar, bebida alcoólica a adolescentes, responsabilização dos bares, formalização de lei para fechamento do estabelecimento, o funcionamento do CRAS, Conselho Tutelar, foi dada a palavra para a Sra. Lurdenes, assistente social, a qual expôs que atualmente o Conselho Tutelar conta com duas conselheiras a menos, pois estas foram afastadas, não existem suplentes, sendo que aguardam resultado do pedido de providencias ao Ministério Público para ver possibilidade de contratação de novos conselheiros ou retorno destas afastadas ao trabalho. O Presidente pediu se tem algum representante do CMDCA, informando que existe reunião marcada para 03/12/2013, para discussão desta e outras situações, abrindo espaço para outras manifestações. O Sr. Mauro dispôs sobre a bebida alcoólica, dizendo que o comercio não vende, mas que existem casos de maiores entregando bebida a menores, requerendo saber o que fazer. Dr. Roberto informou que a providencia é



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

comunicar a Polícia Militar para que autue a pessoa pelo crime de entregar bebida a menor. Se manifestando sobre o tema, o **Cabo Aparecido**, explicou que são realizados Boletins de Ocorrência sobre entrega de bebida a menor e flagrante nos casos cabíveis, ressaltou também a questão de menor dirigindo sem habilitação, que não só os infratores são responsabilizados, assim como os responsáveis ou quem entregou o veículo ao menor. O **Promotor Substituto** confirmou, ressaltou que é orientação do Ministério Público esta atuação e nos atendimentos do Ministério Público são feitos pedidos para instaurar TCIP ou BO para averiguar esta situação. O **Sr. Sebastião**, enfermeiro, ressaltou que existe uma dificuldade em conseguir internamento para aquelas pessoas que precisam em razão do vício de álcool, às vezes as pessoas não quer e a família e a secretaria não conseguem internar sem ser voluntário. O **Presidente** ressaltou que existem três tipos de internamentos, voluntária, quanto a pessoa quer ser internada, o involuntário, onde a pessoa não quer mas tem laudo médico, e por fim o compulsória, onde é pedido judicialmente o internamento. Aberto espaço para mais discussões, se estão tendo problemas de internação, psiquiatria, famílias cadastradas no cadastro único, questão do idoso, dificuldade de internação, a **Sra. Lurdenes**, expôs a dificuldade de encontrar local para abrigar os idosos que não tem família, pois o município não tem abrigo e outros municípios não estariam aceitando pessoas de fora, pois cada município tem que cuidar dos seus idosos, já foi tentado solução conjunta mas não deu certo. Neste sentido a **Sra. Cibele**, Coordenadora do CRAS, deu um exemplo de idoso que está sendo cuidado por terceiros e está sujeito a ser jogado a mercê da sorte, e a Secretaria e CRAS não tem o que fazer. O **Presidente** informou que deve ser comunicado ao Ministério Público e a autoridade policial, para providências de encontrar local para abrigar e responsabilizar família por abandono material ou intelectual, e até conversar junto para tentar resolver o problema. **Dr. Roberto** ressaltou que é responsabilidade da Prefeitura e, deve verificar uma solução, fazer casa lar de idosos em consórcio, ou outra solução.

E) Patrimônio Público

Sobre o patrimônio público, **Dr. Pedro Ianesko**, representante da OAB e procurador da Câmara, informou que a Câmara Municipal de Vereadores tem o portal da transparência ativo, acessível a todos. O **Presidente** ressaltou que esta é uma orientação até para o Ministério Público cobrar esta eficiência do portal da transparências. Tal informações foi confirmada pelo **Sr. Matheus**, vereador (presidente). O **Presidente** pediu se a Prefeitura está vendo a questão da transparência, sendo confirmado que está ativo, se existem outras discussões: Posteriormente o **Sr. Mauro** pediu para fazer uso da palavra, informando que na sua rua não existia iluminação pública. Na sequência o **Sr. Celestino** informou que também não há iluminação pública em sua rua, mas que tudo demanda tempo para regularização, não é apenas um requerimento, demanda vontade, o financeiro e outras situações, que existem loteamento que é o poder público que terá que regularizar. O **Presidente** ressaltou que esta

[Handwritten signatures]



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

audiência e o planejamento é neste sentido, fazer um levantamento global da comarca, e não ficar "apagando incêndio" aproveitou e pediu para que a Câmara realize levantamento da situação da ausência de energia, para tomar as medidas necessárias, ver se é problema da Copel, do responsável pelo loteamento. Dr. Pedro Ianesko, se manifestou que há necessidade de regularização da situação urbana de Longuinópolis, tem aproximadamente 700 habitantes, não existe documentação, e deve ser regularizada. Neste sentido o Sr. Mauro, CMS, o qual informou que algumas pessoas não concordariam com regularizar a situação, que foi feita medida, população de classe baixa, além de existir construções próximas ao manancial de água em Longuinópolis, praticamente sobre o córrego que corta a comunidade, sendo complicada esta regularização, pois o local não se configura como zona de interesse. O Presidente informou que devem ser vistas as informações para verificar as possibilidades. O Sr. Celestino esclareceu que não tem base para começar a regularizar, pois os lotes estão em ambos lados de um córrego o que dificulta legalmente a regularização, pois na época não havia estrutura. O Presidente ressaltou que é atribuição do Ministério Público, pugnando pelo levantamento dos dados para que seja possível viabilizar eventuais soluções, esclareceu que a Câmara pode fazer uma comissão especial de estudo e encaminhar os resultados para o Ministério Público. O Sr. Celestino informou que não foi possível incluir Longuinópolis na zona especial, mas é necessário regularizar, mas demanda tempo. O Sr. Mauro pugnou então pela possibilidade de realizar coma consulta pública para ver quem concorda. Diante disso, o Presidente esclareceu que não se trata de caso de concordância ou não da população, mas de uma necessidade legal, de proteção ao meio ambiente, e outras áreas, que independe dos cidadãos concordarem ou não, solicitada outras manifestações uma Senhora requereu informações a respeito do IPTU, sendo dito que foi instaurado procedimento e esta sendo verificada esta situação, mas não tem prazo certo.

F) Segurança Pública

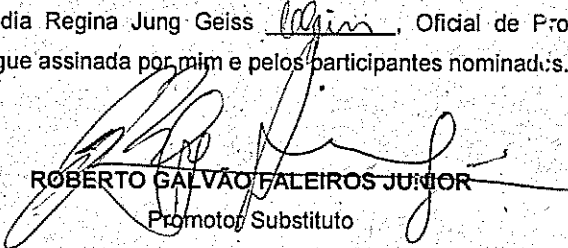
O Sr. Mauro pediu para fazer uso da palavra e salientou o problema das drogas no município, pugnando informações a respeito da diferença entre usuário e traficante. O Presidente informou que não existe um regra específica, dependendo das circunstâncias, para considerar usuário e traficante, dependendo do caso concreto. Novamente o Cabo Aparecido se manifestou, expondo sobre o trabalho da Polícia Militar e que cabe a comunidade denunciar no 181 ou no Destacamento os casos de drogas, tráfico e outros mas que a população precisa ajudar nesses casos, da mesma forma que precisa auxiliar nas denúncias de pontos de tráfico de drogas, pois existe ainda uma certa dificuldade nestas investigações. O Presidente requereu informações relacionadas ao atendimento da Delegacia de Polícia, não havendo manifestações.



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

O Presidente então procedeu ao encerramento da audiência pública agradecendo a presença de todos, as participações, que o Ministério Público está de portas abertas para ajudar no que for possível, dentro das atribuições da instituição, para criação de uma sociedade melhor, ressaltou ainda que a ata e plano de ação serão encaminhados para quem anotou o e-mail na lista de presença, no qual estarão dispostas as metas para 2014. A audiência encerrou-se às 11:30 horas. Eu, Cláudia Regina Jung Geiss *Cláudia*, Oficial de Promotoria, lavrei a presente ata, a qual segue assinada por mim e pelos participantes nominados.


ROBERTO GALVÃO FALEIROS JUNIOR
Promotor Substituto

CAMILA RAMOS SCHAFFER
Assessora de Promotor


SUZEL FERNANDA LEGHI SOLERA BEAL
Assessora de Promotor